

**DECRETO Nº 307, de 23 de dezembro de 2019.**

Regulamenta o art. 411, inciso II, e o art. 415, do Código Tributário do Município de Caxias (Lei Complementar nº 22, de 31 de dezembro de 2009), estabelecendo a variação gradativa das multas, de acordo com o descumprimento da obrigação acessória, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS**, Estado do Maranhão, **Fábio José Gentil Pereira Rosa**, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65, incisos VIII, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º. A multa prevista no inciso II, do art. 411, do Código Tributário do Município de Caxias (Lei Complementar nº 22, de 31 de dezembro de 2009), será limitada ao valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), por inobservância de Obrigação Acessória, nas hipóteses de:

I - ocorrer fraude ou sonegação de elementos indispensáveis ou imprescindíveis ao lançamento;  
II - os documentos emitidos pelo sujeito passivo, bem como as declarações, se apresentem omissos ou não mereçam fé;

III – o preço do serviço for notoriamente inferior ao preço corrente do Município, ou desconhecido pela autoridade administrativa;

IV – depois de intimado, deixar de exhibir os livros e documentos fiscais de utilização e exibição obrigatória;

V – depois de intimado, deixar de exhibir os documentos necessários à fiscalização das operações e prestações realizadas;

VI – omitir, por inobservância de formalidades intrínsecas e extrínsecas, ou por não merecer fé, seus livros ou documentos exibidos, ou quando tais documentos não possibilitam a apuração da receita;

VII – praticar atos qualificados como crimes ou contravenções, ou que, mesmo sem essa qualificação, tais atos sejam praticados com dolo, fraude ou simulação, evidenciados pelo exame de seus documentos, ou apurados por quaisquer meios diretos ou indiretos, inclusive quando os elementos constantes dos documentos fiscais não refletirem o preço real dos serviços prestados;

VIII – não prestar os esclarecimentos exigidos pela fiscalização, ou prestar esclarecimentos insuficientes ou que não mereçam fé, após regularmente intimado;

IX – praticar, comprovadamente, subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;

X – apresentar recolhimento de ISS em valores incompatíveis ou considerados insuficientes, em razão de volume dos serviços prestados;

XI – efetuar a prestação de serviços, comprovadamente, sem a determinação do preço ou sob a premissa de que tenha sido a título de cortesia;

XII – quando detectado omissão de receita tributável, conforme o art. 98 § 6º, do Código Tributário do Município de Caxias (Lei Complementar nº 22, de 31 de dezembro de 2009).

Art. 2º. A multa prevista no inciso II, do art. 411, do Código Tributário do Município de Caxias (Lei Complementar nº 22, de 31 de dezembro de 2009), será limitada ao valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos casos de:

I – Desacato, nos termos do art. 331, do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal);

II – Embaraço a fiscalização, na forma do artigo 391, da Lei Complementar nº 22/2009 (Código Tributário do Município de Caxias).

Art. 3º. A multa prevista no inciso II, do art. 411, do Código Tributário do Município de Caxias (Lei Complementar nº 22, de 31 de dezembro de 2009), será limitada ao valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), por inobservância de Obrigação Acessória, nas hipóteses de não escriturar os seguintes livros fiscais-contábeis:

I – Livro de Registro de Prestação de Serviços;

II – Livro de Registro de Contratos;

III – Livros contábeis obrigatórios pela legislação federal.

Art. 4º. A multa prevista no inciso II, do art. 411, do Código Tributário do Município de Caxias (Lei Complementar nº 22, de 31 de dezembro de 2009), será limitada ao valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), por inobservância de Obrigação Acessória, nas hipóteses de:

I – Deixar sistematicamente de cumprir as obrigações acessórias ou reiteradamente violar o disposto na legislação tributária;

II – Não possuir os documentos necessários à fiscalização de operações e prestações realizadas, principalmente nos casos de perda, extravio ou inutilização de livros ou documentos fiscais de exibição obrigatória.

Parágrafo Único. Considera-se reincidência a repetição, por um mesmo contribuinte, de infração tributária similar ou não à anteriormente cometida no prazo de cinco anos, contado da

data em que a decisão condenatória administrativa se tornou irreformável.

Art. 5º. A multa prevista no inciso II, do art. 411, do Código Tributário do Município de Caxias (Lei Complementar nº 22, de 31 de dezembro de 2009), será limitada ao valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), nas hipóteses do sujeito passivo exercer qualquer atividade que constitua fato gerador do ISS, sem estar regularmente inscrito no Cadastro Mercantil de Contribuintes – CMC, nos termos dos arts. 125 e seguintes e dos arts. 212 e seguintes, do Código Tributário do Município de Caxias.

Art. 6º. A multa prevista no inciso II, do art. 411, do Código Tributário do Município de Caxias (Lei Complementar nº 22, de 31 de dezembro de 2009), será limitada ao valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) quando houver mudança no regime de tributação do contribuinte inscrito no CMC sem comunicação ao fisco municipal no prazo de trinta dias após sua alteração.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, NO ESTADO DO MARANHÃO, EM VINTE E TRÊS DE DEZEMBRO DE 2019.**

**FÁBIO JOSÉ GENTIL PEREIRA ROSA**  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 308, de 23 de dezembro de 2019.**

Regulamenta o art. 124, e a alínea “b”, do inciso IV, do art. 411, do Código Tributário Município de Caxias (Lei Complementar nº 22, de 31 de dezembro de 2009), no que se refere à forma e prazo do recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS**, Estado do Maranhão, **Fábio José Gentil Pereira Rosa**, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65, incisos VIII, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º. Excetuadas as ressalvas legais, o valor do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

- ISSQN será calculado aplicando -se sobre a base de cálculo a alíquota prevista no Código Tributário Município de Caxias (Lei Complementar nº 22, de 31 de dezembro de 2009), devendo ser recolhido até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao dos serviços prestados, tomados ou intermediados de terceiros.

Art. 2º. O recolhimento do ISSQN será feito através de Documento de Arrecadação de Tributos Municipais – DATM.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, NO ESTADO DO MARANHÃO, EM VINTE E TRÊS DE DEZEMBRO DE 2019.**

**FÁBIO JOSÉ GENTIL PEREIRA ROSA**  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 309, de 23 de dezembro de 2019.**

Regulamenta o parágrafo único, do artigo 204, do Código Tributário Município de Caxias (Lei Complementar nº 22, de 31 de dezembro de 2009), no que se refere à forma, condições e prazos do recolhimento das taxas municipais.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS**, Estado do Maranhão, **Fábio José Gentil Pereira Rosa**, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65, incisos VIII, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º. Para fins de aplicação das providências previstas no parágrafo único, do artigo 204, do Código Tributário Município de Caxias (Lei Complementar nº 22, de 31 de dezembro de 2009), no que se refere à forma, condições e prazos do recolhimento das taxas municipais, devem ser observadas as regras do presente Decreto.

Art. 2º. As taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.